

O “eco” do marxismo: o metabolismo social do capital e o pensamento ambiental

The “echo” of Marxism: the social metabolism of capital
and environmental thinking

Luiz Felipe Barros Silva*

Resumo – As teorias de Karl Marx e Friedrich Engels reverberaram nos diversos campos da ciência, dando margem a variadas interpretações de seus pensamentos, muitas delas apressadas em taxá-los de economicistas ou deterministas antinatureza. No pensamento ecológico e ambiental, estas interpretações ainda possuem muitos seguidores; por isso, o presente artigo vem trazer uma interpretação diferente do pensamento marxista ancorado sobretudo em Guillermo Foladori e John Bellamy Foster, que não antepõem o legado de Marx e Engels à luta pela defesa da natureza. Pelo contrário, esses autores entendem que Marx e Engels revelaram ao mundo os constituintes internos do metabolismo social do capital, o modo de produção mais avassalador para com a natureza já existente, e, assim, são perfeitamente compatíveis como mediação teórica para a superação deste sistema social que vem colocando a sobrevivência humana em risco quanto mais reproduz seus antagonismos.

Palavras-chave: Marx e a ecologia; natureza em Marx; capital e meio ambiente; marxismo; ambientalismo.

Abstract – The theories of Karl Marx and Friedrich Engels reverberated in diverse fields, giving margin to different readings. Many hurried to label them as economicists and anti-nature determinists. In ecological and environmental thinking, these interpretations still have many followers; therefore, this article brings a different interpretation of Marxist thought anchored mainly in Guillermo Foladori and John Bellamy Foster, who do not pit the legacy of Marx and Engels against the defense of nature. Instead, they understand Marx and Engels revealed to the world the internal constituents of the social metabolism of capital, the production mode that is most overwhelming for nature, and so they are perfectly compatible as a theoretical mediation to overcome this social system that is putting human survival at risk as it reproduces its antagonisms.

Keywords: Marx and ecology; nature in Marx; capital and environment; Marxism; ambientalism.

* Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Geógrafo pela Universidade Federal de Alagoas. *Correspondência:* Condomínio Recanto dos Pássaros, rua H, número 416, Benedito Bentes – Maceió – Alagoas. CEP: 57084-136. *Email:* <luizfelipebarross@gmail.com>.

Introdução

Neste texto pretendemos refletir sobre as interpretações da obra de Karl Marx e de Friedrich Engels no campo do pensamento ambiental e ecológico. É comum observar que muitos entusiastas da defesa do meio ambiente entram em acordo com teses reforçadas ao longo da história que padecem de sérios problemas teóricos ou claros erros de interpretação reprodutidos por gerações de pensadores.

Hoje sabemos que o legado de Marx e Engels não é avesso a um pensamento que enfatize fervorosamente a defesa do meio ambiente, mas sim o contrário disso. O estudo mais importante de suas vidas delineou os traços fundamentais do capitalismo, a causa social real das devastações ambientais. Contudo, esse efeito não foi o foco específico dos pensadores, mas sim o efeito diretamente social sobre a humanidade. Mesmo assim, o tema da natureza foi frequentemente mencionado por eles, já que está inscrito no elemento que é a base natural da humanidade, o trabalho.

A natureza não é mero acessório no pensamento marxiano, ela possui importância fundamental, já que representa a ineliminável base natural da humanidade. Por isso, Marx e Engels passaram a vida em contato com as descobertas mais fundamentais de seu tempo no campo das ciências da natureza.

Parece-nos que a questão definitivamente essencial é a de que negar ou refutar a teoria marxiana foi e ainda é uma exigência absolutamente fundamental de alguns "ecocentristas", já que permanecem com a mesma matriz teórica que o próprio Marx procurou transcender e que compreende a relação entre humanidade e natureza como uma oposição inconciliável. Esse é um ponto de vista dualista em que a balança só pode pender para um dos lados: na relação ser humano e natureza, ou se é antropocentrista ou se é ecocentrista.

Marx e Engels afirmaram que a humanidade tem sua particularidade essencial insuperável como sendo uma transformação incessante de sua base natural, tendo esta como seu objeto. Por isso, Marx foi taxado de "economicista", "prometeísta", "determinista". Diversas outras tentativas de refutar o que ele estava apontando como problema central não conseguiram transcender teoricamente suas descobertas.

Isso é evidente no fato de os ecologistas ainda precisarem mencionar Marx em seus escritos, mesmo que de maneira discordante, inclusive reproduzindo algumas teses bem repetitivas para comprovar para si próprios que estão seguindo o receituário ecologista tradicionalmente antiMarx e pró-natureza. Todavia, Marx continua a ser, ainda assim, o referencial obrigatório para uma boa tese sobre a globalidade dos problemas ambientais.

Como consequência, todos os que vão acusar Marx de ter sido um antropocentrista que repudiava a natureza terão ao fim e ao cabo que negar o capitalismo como a força social fundamental que põe e repõe os

problemas ambientais e sociais sempre de forma piorada, e que por isso exige uma revolução social do trabalho, a grande descoberta do pensador alemão. Esses autores têm preferido as explicações que se concentram em causas psicológicas, individuais ou meramente políticas, fruto de decisões personalistas equivocadas.

Utilizamos aqui fundamentalmente a produção teórica de John Bellamy Foster (2005) e Guillermo Foladori (2001, 2005) acerca da relação entre marxismo e pensamento ambiental, importantes pesquisadores que procuram desvendar a relação entre essas tão diferentes formas de pensar¹.

Marx e o metabolismo do homem com a natureza

É visível nos primeiros escritos de Marx (sobretudo das décadas de 1840 e 1850) que a relação que a humanidade estava estabelecendo entre si e com o restante do ser natural encontrava sérios problemas. Esse foi um dos questionamentos que o levaram a sintetizar as diretrizes fundamentais de seus pressupostos filosóficos e econômicos nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.

Apesar de seu pensamento passar por um amadurecimento muito grande nos anos subsequentes, já então era possível observar o que Marx (2015) entendia sobre o significado da natureza para o ser humano. Um dos trechos que exemplifica essa afirmação é o seguinte: “a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza seu corpo inorgânico”, como “meio de vida imediato” e como “objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital” (MARX, 2015, p. 310-311).

Mas, além de observar a natureza como um meio de vida imediato e um instrumento da atividade metabólica humana, há outro aspecto:

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2015, p. 310-311).

A natureza, portanto, tem um estatuto específico na definição de Marx (2015). Dizer que ela é o *corpo inorgânico* do homem significa que ela é tanto seu *meio de vida imediato* e *objeto/instrumento* da atividade vital, na condição de ser a matéria a ser transformada para o ser humano realizar o seu metabolismo, quanto que o homem realiza seu metabolismo sem deixar de ser natureza, que ele próprio é parte do ser natural. O homem

¹ Algumas das referências utilizadas não possuem tradução para o português; nestes casos, as passagens copiadas são fruto de tradução livre.

requer a natureza como natureza para que ele continue existindo, mas esta relação também pressupõe que haja uma transformação contínua da natureza através do trabalho.

Para Marx (2015, p. 306), “O trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz”. Assim, a categoria responsável por esta conexão da materialidade natural com a materialidade social, para Marx e Engels, é o trabalho.

Em Engels, encontramos o seguinte trecho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, n. p.).

Se o trabalho criou o próprio homem, para os autores, certamente não o fez sozinho. Em outra passagem de *O capital*, no capítulo I, em que Marx (1983) trata da mercadoria, ele menciona algo muito semelhante ao lembrar William Petty, que dizia que, se o trabalho é o pai do ser humano, a terra é a mãe. Dessa forma, foi possível pensar a formação de um ser social, de uma materialidade, que é não apenas orgânica, biológica, mas também social, e que possui uma dimensão material completamente específica, com suas próprias leis.

A ideia de natureza nos manuscritos culminará em uma formulação mais precisa e madura ulteriormente, que aparecerá tanto em sua obra *O capital*, como na sua análise da realidade como um todo (MARX, 1985).

Segundo Foster (2005, p. 213-214, p. 217-218, p. 221-223), o conceito de *metabolismo* é incorporado por Marx para fazer menção ao aspecto orgânico contido nas forças sociais que determinavam o desenvolvimento humano. Desde 1951, Marx entra em contato com a tese de Justus Von Liebig, que identificou a relação entre o “esgotamento do solo e a poluição das cidades com esgoto humano e animal”. O contato com essa tese contribuiu para a conclusão de Marx acerca da iminente crise agrícola das economias avançadas e, ainda mais profundamente, para sua incorporação do conceito fundamental de metabolismo (*stoffwechsel*), que implica uma “troca material subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos”. Marx passou a usar este conceito durante o resto de sua vida. Segundo o autor, ele é visível em muitas de suas obras de maturidade, sendo usado tanto com um “significado ecológico específico” quanto com um “significado social mais amplo”.

O conceito de metabolismo [...] permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as ‘con-

dições impostas pela natureza', quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo. (FOSTER, 2005, p. 223).

É notório que Marx e Engels estavam plenamente cientes da inter-relação entre natureza e sociedade em uma única história interconectada. Apesar de centrarem seus esforços nos aspectos histórico-sociais, eles nunca perderam de vista as novas descobertas que as ciências da natureza vinham fazendo em seu tempo e aprovaram todos os tipos de tentativas de entender a realidade em si mesma, como um ser-precisamente-assim (LUKÁCS, 1979), ou seja, de uma maneira materialista, ainda que observassem as limitações dos pensadores particulares que frequentemente não entendiam as implicações de suas próprias descobertas.

Isso se deve especialmente à visão de totalidade presente em Marx e Engels. Ou, como diz Foladori (1990, p. 9), quanto aos pensadores alemães acerca de suas perspectivas históricas, eles "explicam a inter-relação homem/natureza como parte da unicidade da natureza".

O conceito de metabolismo expressa o sentido orgânico, vivo, de uma força social em operação. Não é à toa que Marx (1985) menciona esse metabolismo como um "metabolismo social" em *O capital*. Porém, o que ocorreu com esse metabolismo social da humanidade quando o capital conseguiu atingir sua amplitude global, sua maturidade? E o que o pensamento ambiental e ecológico têm a ver com isso?

O significado da descoberta da relação-capital para o pensamento ambientalista

Engels (2010) comenta que na fase superior da barbárie, junto ao trabalho escravo, já aparece esporadicamente o trabalho assalariado, um elemento absolutamente constitutivo do capital moderno. Ou seja, o capital não passou a existir apenas a partir do século XV em diante, com o seu caráter mais globalizado, mas é muito anterior a isso; o capital é, de fato, milenar.

Quando o mercado passa a existir com as sociedades estabelecidas, logo se desenvolvem as formas pré-capitalistas de capital. É possível observar os povos que monopolizavam o comércio marítimo, por exemplo, como usufrutuários do capital no mundo antigo. Isto ocorre muito antes de o capitalismo existir como modo de produção, mas nunca como uma relação predominante e generalizável para todas as sociedades nos modos de produções anteriores.

Marx (1985) muitas vezes reitera que o fundamental para o capital foi ter conseguido encontrar no mercado a força de trabalho como uma mercadoria específica que os burgueses pudesse comprar livremente a um baixo custo. Tal mercantilização lhes garantiu que a valorização do capital

global fosse a prioridade tanto sobre a relação do homem com a natureza quanto sobre as relações sociais estabelecidas entre os próprios homens.

A assim chamada acumulação primitiva completou a separação dos produtores e seus meios de produção, já que uma das condições a ser preenchida foi a necessidade de que o possuidor da força de trabalho, “ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precise, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva” (MARX, 1985, p. 136). Enquanto o capital ainda não havia realizado tal façanha, ele era apenas capital circulante.

Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção. (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 711).

O modo de produção sob domínio do capital é a forma social mais recente e mais desenvolvida de reprodução do antagonismo de classes na sociedade. Segundo Mézszáros (2011, p. 710), “a condição crucial para a existência e funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer comando sobre o trabalho”. Essa é uma condição absoluta do capital, e é por esse motivo que ele assume um caráter crescentemente onipotente.

É só quando o capital consegue encontrar a força de trabalho como uma mercadoria abundante no mercado que se pode dizer que ele atingiu a dominação máxima e podemos falar em um capitalismo de fato.

Pelo menos para Mézszáros (2011), com base em Marx, há uma diferença fundamental entre capital como uma relação e capitalismo como um modo de produção. Desse modo, só podemos falar neste último quando o capital assume uma supremacia global e essencialmente já dominou a produção ao adentrar a esfera do trabalho, saindo de sua concentração apenas no âmbito da circulação, do comércio.

Mézszáros (2011, p. 711) menciona uma interessante passagem de Marx para fundamentar este pensamento de que o capital, antes de se tornar o capital “pleno”, requereu primeiramente uma ampla interconexão entre povos, uma produção de mercadorias independentes dele e que ele as fazia apenas circular. Mas, quando adentra a produção e passa a produzir seus próprios pressupostos, ele adquire um *poder soberano*. Diz Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 711):

Estes pressupostos, que originalmente aparecem como pré-requisitos de seu devir, e que, portanto, não poderiam surgir de sua ação como capital, agora aparecem como resultados de sua própria realização, como realidade, como originados por ele, não como condições de sua emergência, mas como resultado de seu próprio ser.

É dessa forma que o capital adquire um poder *autoconstituente* e se torna uma verdadeira *causa sui* (sua própria causa), conforme Mészáros (2011).

O modo de produção do capital traz uma série de particularidades em relação a outros modos de produção, constituindo uma força determinante espalhada na estrutura social que não encontra precedentes em outros modos de produção, na medida em que seu dinamismo apresenta um caráter contraditório. Ao mesmo tempo em que nos permitiu ter atingido novos patamares produtivos devido ao seu dinamismo, também significou, pelo mesmo motivo, a completa perda do controle da produção direta, cindindo a relação entre produção e controle como nenhum outro modo de produção havia feito (MÉSZÁROS, 2011).

Com relação à autossuficiência, que está diretamente relacionada com o grau de controle da produção por parte dos próprios produtores diretos da riqueza, Mészáros (2011, p. 96-97) comenta que o modo de produção sob domínio do capital é a exceção e não a regra quanto ao “intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si”; ele é o “primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível”. Este é, para o autor, o preço a ser pago pelo dinamismo que o capital trouxe à produção material: o de obter como subproduto de seu desenvolvimento a completa “perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”, por parte não só dos produtores diretos, mas de toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 96-7).

Esse sistema social escapa ao controle inclusive da classe que é proprietária dos meios de produção. Segundo Mészáros (2011, p. 97-98), os próprios capitalistas “têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio”. Por isso, esse sistema se constitui como um “sistema incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Dessa maneira, apenas será eliminado esse modo de realizar o metabolismo social por meio da instituição de uma forma de metabolismo social livre do capital e de qualquer exploração do homem pelo homem.

Do ponto de vista da natureza, essa emergência do capitalismo global em seu desenvolvimento pleno também foi bem observada por Marx (1985) e resgatada por Foster (2005). O que ocorre, segundo Foster (2013) e com base na obra de Marx, é a emergência de uma cisão² no metabolismo natural do planeta. Tal fenda se completa apenas com o capital plenamente desenvolvido, quando toma lugar a agricultura capitalista em larga escala. Segundo ele,

Especialmente com o crescimento e propagação do capitalismo, as interações entre natureza e seres humanos são muito maiores e mais in-

² Do inglês *rift*. Outras traduções possíveis são “fissura” ou “ruptura”.

tensas do que antes, afetando primeiramente o local, então o regional e finalmente o meio ambiente global. Desde que a comida e a ração animal são agora rotineiramente transportadas por longas distâncias, isso esgota o solo, como Liebig e Marx afirmaram no século XIX, necessitando de aplicações rotineiras de fertilizantes comerciais nos solos das plantações. (FOSTER, 2013, n. p.).

Isso gera uma quebra no ciclo dos nutrientes do solo que atinge uma amplitude cada vez maior na medida em que o capital se torna crescentemente mais global. Essa é a mudança fundamental que o metabolismo humano exerce na natureza, que é o cerne dos problemas ecológicos que enfrentamos hoje (FOSTER, 2013).

Foster (2005, p. 21-22) comenta que a visão de Marx em *O capital* é uma análise que conjuga “uma concepção materialista da história com uma concepção materialista da natureza com toda a força da história natural”. Para Foster (2005, p. 31-32), a visão de mundo materialista vê “a evolução como um processo aberto de história natural, governado pela contingência, mas aberto à explicação racional”. Além disso, para ele, em especial o materialismo marxista, aponta para um “materialismo ecológico” ou para “uma concepção dialética de história natural” (FOSTER, 2005, p. 36).

A interpretação ecocentrista do pensamento marxiano

Pelo que expusemos acerca da concepção de Marx e Engels nos parece precipitado compreender os autores como produtivistas ou como apologistas da “dominação prometeica” da natureza pelo homem, como muitos autores não marxistas (como, por exemplo, Victor Ferkiss e Anthony Giddens) e até marxistas (como Ted Benton e Michael Lowy) entenderam (FOSTER, 2005, 190-191).

Um exemplo interessante de uma interpretação equivocada do pensamento marxiano é transparente na obra de Ponting (1995). Seu conhecimento sobre Marx e Engels permitiu a ele igualá-los a positivistas como A. Comte. Assim, ele os coloca no bojo dos “intelectuais europeus”, junto com o maior representante do positivismo, a corrente filosófica que foi a voz teórica da justificação da vitória da burguesia, como se ambos tivessem concordância quanto ao “progresso” que defendiam, como se Marx fosse partidário do capitalismo pela sua avaliação positiva dos progressos do capitalismo em relação aos modos de produção anteriores. Sugere, por isso, que Marx seria herdeiro de uma influência judaico-cristã de dominação da natureza.

Segundo Ponting (1995, p. 251-252), essas “primitivas influências clássicas e judaicas” foram “incorporadas quase que despercebidamente, no padrão geral das crenças que formavam os fundamentos da visão europeia do mundo”, incluindo o pensamento de Marx. Ponting (1995, p. 251-252)

pensa que “os seres humanos eram vistos [por esse pensamento europeu que formou o padrão geral das crenças] como separados e superiores a um mundo natural, que tinham o direito de explorar como bem lhes aprouvesse”.

Na visão de Ponting (1995), a questão definitiva não é a relação que o ser humano estabelece com a natureza e com a própria espécie que determina a destruição do mundo natural, mas uma questão meramente de consciência. Ele condena Marx apenas porque este não cedeu às ideias românticas da negação, pela via da consciência, do desenvolvimento objetivo do capital. Ao contrário, Marx (1985) reconheceu o caráter vitorioso da burguesia, que não triunfou devido a um mero *insight* de consciência, mas pelo poder do capital ao assumir o comando sobre o trabalho.

Para o autor, Marx e Engels seriam apenas pensadores que escolheram conscientemente orientar-se segundo o princípio de que os seres humanos poderiam explorar ilimitadamente os recursos da natureza, e, com isso, seriam partidários de uma inevitabilidade do progresso capitalista.

Para fundamentar essa complicada afirmação, o autor utiliza a passagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, já citada neste texto, em que Marx afirma que a natureza é o objeto dos seres humanos, um instrumento para realização do seu metabolismo. Eles teriam adotado, com isso,

Muitas crenças da economia clássica e do pensamento ocidental anterior, na maneira como trataram os recursos e o meio ambiente, levando, em muitos casos, essas visões a extremos que não encontraram paralelo em qualquer outro lugar. (PONTING, 1995, p. 260-261).

Ponting (1995, p. 260-261) vai ainda mais longe ao dizer que a meta mais importante de Marx, Engels e Lenin “seria elevar o proletariado ao nível de consumo adquirido pela burguesia da Europa do século XIX”. Aqui o autor revela um grande reducionismo analítico do que pensavam Marx, Engels e Lenin, interpretando o oposto da tese de superação do capital através de uma revolução social da classe que é antagonista do capital por excelência, o proletariado. Além disso, equipara a possibilidade e a necessidade histórica da emancipação da humanidade em que Marx, Engels e Lenin acreditavam à mera elevação do nível de consumo do proletariado.

De outra maneira, um autor mais recente, Marques (2015, p. 19), diz que parte das concepções de esquerda “que não romperam com suas raízes históricas”, ou seja, que ainda permanecem ancoradas ao fundamento de Marx, herdam deste uma concepção de história “centrada no protagonismo das forças produtivas e na quase identificação entre o desenvolvimento destas e o ‘progresso’ histórico”. Para defender esta tese, o autor lança mão de uma única passagem de Marx, a qual, embora seja interessante, foi mal interpretada – para não dizer deturpada – do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações transformam-se em seus entraves. Inaugura-se então uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 48-51).

Para refutar Marx, Marques (2015, p. 19-20) diz que o conteúdo dessa passagem é uma espécie de “mecânica da história” e que a prova disso seria que, no século XX,

As relações de produção capitalistas não entravaram (muito pelo contrário) o desenvolvimento das forças produtivas e que, justamente por isso, o traço distintivo do capitalismo no século XXI é a tendência ao colapso ambiental.

Neste ponto, ele é bem parecido com Ponting (1995), na medida em que apresenta uma espécie de prova irrefutável e evidente de que Marx estaria ultrapassado. Isso serve para o autor defender uma posição que se expressa politicamente exatamente no contrário do que Marx propunha quanto à última categoria mencionada na passagem: a revolução social. Diz ele que,

Diante dessa tendência definidora de nosso século, conservar o que resta da biosfera tornou-se a condição primeira de possibilidade não apenas de avanços sociais [...], mas da simples manutenção de qualquer sociedade organizada. (MARQUES, 2015, p. 19-20).

Ao invés da revolução social do trabalho contra o capital, o autor prefere a crença em uma via de aprovação de políticas radicais de proteção do meio ambiente, pressupondo que esse antagonismo não é a questão central. Por isso, para ele, Marx teria se tornado um pensamento anacrônico para compreender a realidade social, e a esquerda, que permanece ancorada em seus fundamentos, não conseguiria compreender o “imperativo ecológico”. Sua proposição mais atualizada é uma adesão das pessoas ao imperativo ético pró-natureza como forma de superar o sistema social do capital, uma espera – eterna – pela sensibilização universal para legitimar as medidas políticas sem focar na superação econômica do capital.

É bastante clara a superficialidade da análise social presente em seu pensamento. O problema central “da esquerda”, para ele, foi ter dissociado a “agenda social da agenda ecológica”. Marques (2015, p. 20) chega a conclusões muito parecidas com as de Ponting (1995) quanto à determinação da consciência quando identifica o problema a um “obstáculo cognitivo ou bloqueio mental comum à quase totalidade do espectro ideológico”. Além disso, ele lista em seguida alguns “mecanismos psicológicos”

que tendem a “dificultar uma tomada de consciência da gravidade das crises ambientais” (MARQUES, 2015, p. 20).

Para nós, é, portanto, equivocada a conclusão de que Marx e Engels partiriam de uma espécie de “aceitação do progresso” como uma aceitação do capitalismo, e que, por isso, a natureza não teria qualquer significado para eles (PONTING, 1995). Ou, ainda, a de que o pensamento marxiano identificaria o progresso humano ao progresso das forças produtivas do capital (a técnica) e que, dessa maneira, os autores seriam anacrônicos para compreender a sociedade contemporânea (MARQUES, 2015).

Ambos os autores partem da ideia de que Marx e Engels possuíam um pressuposto prometeísta de mundo, mas já está mais do que demonstrado, sobretudo pela obra de Foster (2005), que essa deturpação acerca dos pressupostos marxianos sobre a natureza é profundamente equivocada.

O problema do ambientalismo ecocentrista

Foladori (2005) procurou compilar os mais variados matizes da ideologia ambiental contemporânea em enquadramentos para sintetizar suas diferenças e similitudes. Uma delas é o ponto de partida ético, que opõe os antropocentristas aos ecocentristas.

O pensamento antropocentrista seria aquele que de alguma forma prioriza os interesses dos homens sobre os da natureza, ou os considera “como diretriz do relacionamento do homem com o meio ambiente” (FOLADORI, 2005, p. 4).

Este ponto de vista pode ser subdividido em variados pensamentos radicalmente diferentes entre si, mas que possuem similitudes ao entender que o homem tem um papel dominante sobre a natureza. Aqui se incluem desde o pensamento cristão baseado na filosofia aristotélica, como também o próprio marxismo (FOLADORI, 2005)

Contudo, é preciso enfatizar que Marx e Engels desenvolveram uma maneira inteiramente nova e única de pensar a materialidade sicionatural, se distanciando de outras interpretações antropocentristas.

Já o pensamento ecocentrista tem como pressuposto um ponto de partida de que há interesses intrínsecos à natureza. Ademais, já que os objetos naturais não podem falá-los, seria necessário “outorgar à natureza valores intrínsecos, externos ao ser humano”, com base em um “ponto de partida ético”, de forma que “essa ética eco, ou biocentrista deveria orientar o comportamento humano” (FOLADORI, 2005, p. 11).

Essa busca de códigos éticos na natureza externa ao ser humano provém de uma visão da natureza e da sociedade humana como esferas separadas. A natureza é encarada como aquilo que existe sem a intervenção humana. Esta concepção distingue o natural do artificial como dois opostos. A ação e os produtos da sociedade humana são artificiais,

opostos à natureza. Isso induz a um critério de avaliação frente à problemática ambiental. O natural seria o bom, e o artificial seria o mau. (FOLADORI, 2005, p. 11).

Esta concepção procura simplificar em dois conceitos valorativos algo que ocorre na realidade de uma maneira muito mais complexado que um dualismo. Poderíamos mencionar que essa romantização do mundo natural, atribuindo um valor (humano) de bondade à objetividade natural, não compreende, por exemplo, que o próprio metabolismo humano é objetivamente a ineliminável transformação social de sua própria base natural. É, portanto, ao mesmo tempo, natureza e natureza transformada.

A concepção ecocentrista entende que a humanidade atuaria como um bloco diante da natureza externa, do seu meio. A causa dos problemas ambientais para os ecocentristas seria

Uma ideologia ou uma técnica, mas sempre da sociedade *em bloco* contra o meio. Para analisar o comportamento humano diante do meio ambiente, não têm maior importância as contradições ou diferenças existentes no seio da sociedade humana. O problema é técnico, não social. (FOLADORI, 2005, p. 17).

O marxismo, acerca dos pressupostos de que parte, possui outra base filosófica. Foladori (2005) inclusive o incorpora à tradição antropocentrista em sua tipologia, apesar de concordar com o fato de o marxismo partir de uma base filosófica que é incompatível com um pensamento dualista desse tipo.

A sua diferença está em que, primeiro, a natureza inclui a sociedade humana, não sendo algo por fora como nas concepções ecocentrista e tecnocentrista. Nesse sentido, a distinção entre 'natural' e 'artificial', que é a base das posições ecocentristas e antropocentristas, não pode servir como critério para a ação. (FOLADORI, 2005, p. 18).

O marxismo também não compreende a sociedade humana como se atuasse em um bloco indiviso diante do mundo natural, mas entende que há uma distinção fundamental no interior do organismo social. Uma cisão o divide em classes sociais fundamentais, algo que diferencia a abordagem marxiana de todas as outras abordagens com relação ao pensamento ambiental.

O marxismo, sob esse ponto de vista, é a teoria que dá voz ao trabalho, ou melhor, à classe que realiza a transformação metabólica humana contra o capital. Isso porque tal formulação teórica armaria a humanidade para a tarefa prática de ação contra essa força social que nos domina. Esta, para o marxismo, seria a única maneira de superar a cisão que ocorre no interior da humanidade, com a exploração do homem pelo homem, e também

a cisão que o capital inaugurou na história humana, com a ruptura nos ciclos globais da natureza.

Considerações finais

De acordo com Foster (2005, 2013), Foladori (2001, 1990, 2005) e Mészáros (2011), o pensamento marxiano é compatível com o pensamento de superação das destruições do meio ambiente operadas pela humanidade, sob o domínio do capital. Para eles, a única possibilidade de ocorrer tamanha façanha é se superarmos o antagonismo entre capital e trabalho através de uma revolução social por parte do trabalho organizado em uma associação mundial e livre contra o capital global.

Eduardo Galeano (2011) comenta que, na situação contemporânea, há uma grande mentira propalada pela mídia mundial, a de que “entre o capital e o trabalho a ecologia é neutra”. Ele comenta que, na realidade, “a ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles” (GALEANO, 2011, n.p..

Certamente, o pensamento ambiental pode compreender a sociedade sob o ponto de vista do antagonismo fundamental, mas há de se saber que jamais estará neutra diante da luta de classes. Sua perspectiva, velada ou explícita, ou é a da adesão ao ponto de vista do capital, da reprodução social tal como está, tentando apenas atenuar seus exageros destrutivos, ou a da perspectiva da adesão ao trabalho, à construção de uma alternativa social revolucionária e igualitária como a melhor forma de resolver as práticas metabólicas destrutivas.

Mészáros (2005) diz que, se a humanidade quer ter esperança em realizar algum tipo de reprodução social que se pretenda realmente *sustentável*, é inescapável que seja sob a base de uma *igualdade substantiva* dos produtores associados a nível global. Tal questão parece ser de tão grande importância para o filósofo húngaro que um ano antes de morrer, no fim de 2017, vítima de um câncer que o acompanhou durante os últimos anos de sua vida, publicou um texto na *Montly Review* intitulado *From primitive to substantive equality – via slavery* [Da *igualdade primitiva à igualdade substantiva – via escravidão*] (MÉSZÁROS, 2016). Destacou, portanto, a tendência mais genuína do avanço da humanidade pela qual devemos compreender e lutar: a igualdade substantiva entre os seres humanos como a questão decisiva para superar o capital.

Referências

ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOLADORI, G. Metodología materialista para el análisis social. *Cuaderno de Extensión*, Montevideo, n. 2, 1990.

_____. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Uma tipologia del pensamiento ambientalista. In: FOLADORE, G.; PIERRI, N. (Org.). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. México: Universidade Autónoma de Zacatecas, 2005.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marx and the rift in the universal metabolism of nature. *Montly Review*, New York, v. 65, n. 7, dez. 2013.

GALEANO, E. *Quatro frases que aumentam o nariz do Pinóquio*. 2011. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/eduardo-galeano-aponta-quatro-mentiras-sobre-ambiente/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas*, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos econômicas e filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, I. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. 2005. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. From primitive do substantive equality – via slavery. *Montly Review*, New York, v. 68, n. 4, set., 2016.

PONTING, C. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

DOI: 10.12957/rep.2018.39435

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aprovado para publicação em 10 de agosto de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.